

## **ESTÁGIO EM PSICOLOGIA EM PROCESSOS SOCIAIS: CRIANDO E RECRIANDO O PROCESSO DE AUTONOMIA DOS SUJEITOS NO CAPS AD.<sup>1</sup>**

**Kenia S. Freire<sup>2</sup>, Sabrina Corrêa Da Silva<sup>3</sup>, Jaqueline Oliveira<sup>4</sup>, Carolina B. Gross<sup>5</sup>.**

<sup>1</sup> Projeto de Pesquisa

<sup>2</sup> Psicóloga; Professora do Departamento de Humanidades e Educação (UNIJUI), Mestre em Educação nas Ciências (UNIJUI). keniaf@unijui.edu.br

<sup>3</sup> ACADÊMICA DO CURSO DE PSICOLOGIA (UNIJUI). sabrina.tche@gmail.com

<sup>4</sup> Acadêmica do curso de Psicologia (UNIJUI).

jaqueline19oliveira@yahoo.com.br

<sup>5</sup> Psicóloga do CAPSad II (Ijuí); Especialista em Clínica Psicanalítica pela ULBRA, Mestranda em Atenção Integral à Saúde pela UNIJUI.

carolinagross@bol.com.br

### Introdução:

O presente trabalho caracteriza-se como relato de experiência construído a partir do estágio de Psicologia com Ênfase em Processos Sociais (Curso de Psicologia/UNIJUI) junto ao CAPSad II de Ijuí. Tem-se como propósito inserir o acadêmico no âmbito da intervenção junto aos processos sociais possibilitando refletir criticamente sobre as práticas e o processo de formação acadêmica, contribuir à promoção de uma formação a partir de múltiplos saberes e experiências, visando transformar e aprimorar o fazer. Possibilita a inserção do acadêmico no campo das práticas sociais, no planejamento da intervenção a partir da leitura da demanda de trabalho endereçada ao psicólogo. Proporciona a elaboração, aplicação e interpretação de instrumentos dinamizadores das atividades de intervenção.

É sabido que desde a regulamentação do profissional de Psicologia no Brasil tem-se conquistado e ampliado o seu espaço na Saúde Pública, principalmente após a Reforma Sanitária e a Instituição do Sistema Único de Saúde (SUS), o qual foi um marco para um novo olhar sobre o conceito de saúde e doença. O que era concebido apenas como a ausência de doença física, passou a considerar aspectos sociais e culturais do indivíduo. Neste sentido, tem-se um novo desafio no campo da saúde coletiva, configurando-se como grandes desafios para gestores e profissionais de saúde ligados ao Sistema Único de Saúde no Brasil. Trata-se não apenas da mudança no perfil profissional das categorias envolvidas com o trabalho da saúde, mas, sobretudo, da transformação de tais profissionais em efetivos agentes de mudança a partir de um compromisso social perante o ideário do Sistema de Saúde e seus usuários.

**Modalidade do trabalho:** Relato de experiência

**Evento:** XV Jornada de Extensão

Acompanha-se a emergência de deslocamento do trabalho do psicólogo, que vem se estabelecendo, paulatinamente, a partir dos anos 80, no âmbito da atividade clínica do contexto liberal privado, para a atuação no âmbito multifacetado das políticas públicas. Leite (2011) desenvolve uma análise das repercussões dessa passagem na atuação, na formação e na produção teórico conceitual em Psicologia, destacando três vértices, a saber: a atuação dos psicólogos, sua formação e sua tarefa de rever conceitos e enfoques compatíveis com seus desafios, uma vez que: “As políticas públicas têm se revelado como campo de trabalho crescente para os psicólogos em nosso país, desde a década de 1990. Como exemplo disso, podemos citar a área da saúde pública, campo em que o psicólogo se inseriu a partir da década de 1980.”(2011, p.13).

Mesmo sabendo deste processo de transformação da área de atuação do profissional de Psicologia, isso é algo ainda não compartilhado por todos, mesmo já tendo sido antecipado desde os anos 1970. Essas mudanças, segundo o autor, enfrentam forças estabelecidas que se institucionalizaram com vigor e por muito tempo no imaginário social, com a presença ainda forte da figura do psicólogo como sendo, fundamentalmente, um clínico-privado. A partir da literatura que discute esses temas, acompanha-se que o que há está sempre ligado ao modelo de clínica clássica. Um exemplo de deslocamento desse “modelo” (pensando a clínica clássica) é o impacto provocado pelas mudanças, por exemplo, da área da saúde (SUS) que sempre manteve um número ínfimo de psicólogos em seus quadros - em geral, apenas em hospitais psiquiátricos. Inicialmente, segundo Leite (2011), a contratação massiva de psicólogos se deu na década de 1980, associado ao movimento da Reforma Psiquiátrica.

Esse novo momento histórico em que o psicólogo se insere nestes espaços de trabalho, convoca o acadêmico de Psicologia à formação também atenta e atuante junto às questões relacionadas às transformações, interações e processos sociais.

Anos passaram e ainda observam-se muitas faltas de informações e questionamentos quanto aos trabalhos do psicólogo no SUS, em especial nos Centros de Atenção Psicossocial. No entanto, cabe a esse profissional utilizar-se dos dispositivos terapêuticos e, sobretudo, da escuta, a fim de promover a autonomia dos sujeitos que comparecem neste serviço e mobilizar estes usuários à sua reinserção social; dada a possibilidade dos mesmos resignificarem o seu sofrimento e, através desta experiência, significar uma perspectiva legítima de recuperação e reconstrução de suas referências simbólicas e sociais.

É nesse espaço de “criação” em que as estagiárias de psicologia se encontram, fomentando e possibilitando que estes sujeitos permitam-se ao questionamento, construção e fala acerca da dinâmica de suas experiências de vida e terapêuticas junto ao “CAPSad”. Há a proposta de escritura/editoração de um Periódico institucional, construído pelos próprios usuários, que falarão à

**Modalidade do trabalho:** Relato de experiência

**Evento:** XV Jornada de Extensão

comunidade sobre as temáticas e práxis que se fazem presentes em suas vidas e tratamentos; legitimando sua representação, como sujeito, junto à esfera institucional e social.

**Metodologia:**

O desdobramento do trabalho realizado até o momento no Estágio Curricular de ênfase em Psicologia e Processos Sociais transcorreu sustentado pelos pressupostos teóricos e técnicos da observação participante em interface com teorias psicológicas e psicanalíticas que abordam as temáticas do campo de Estágio. A observação participante como uma técnica de investigação social, na qual o observador compartilha, dentro das possibilidades, as atividades, as ocasiões, os interesses e os afetos de grupo ou comunidade, além de entrevistas semanais com os usuários do CAPS ad, estabelecendo um espaço discursivo. Ou seja, propõe-se o reconhecimento e a valorização do sujeito da palavra, que fala a partir da própria experiência do viver. A partir destas intervenções, desdobra-se a proposta de construção de um material impresso e informativo sobre a Instituição, a ser construído na coletividade de seus participantes. No âmbito acadêmico, a prática de Estágio Curricular responde aos pressupostos outorgados pelo Curso de Psicologia da UNIJUI, sendo o relato de experiências também sistematizado sob forma de diário de campo.

Nesse sentido, o grande desafio é pensar as possibilidades da atuação e da formação do psicólogo a partir dos estágios em psicologia social, a qual tencionará a formação profissional voltada à Saúde Pública. Este profissional pode contribuir significativamente ao tratamento e direção à cura da população que faz uso das propostas de tratamento pressupostos pelas Políticas de Saúde Pública. Esta, por sua vez, é constituída por homens e mulheres que se fazem historicamente num processo vivo de humanização. Possibilita impulsionar, assim, o desenvolvimento do ser humano singularizado no desenvolvimento da humanidade e produção de vida.

**Resultados e discussão:**

Abordar o trabalho num CAPS remete à necessidade de contextualizar seu surgimento e sua função nos tratamentos inerentes ao sofrimento psíquico. Esta modalidade de abordagem vinculada às Políticas Públicas de Saúde Mental é desiderativa dos movimentos inerentes à Reforma Psiquiátrica. No Brasil, A Reforma Psiquiátrica tem início nos anos 70, com o movimento sanitário. Era o nascimento de um novo olhar à gestão e à atenção integral à saúde, tendo em vista os princípios do SUS: a equidade, integralidade e universalidade. Visa-se a autonomia e o protagonismo dos trabalhadores dos serviços e, principalmente, dos usuários; pois até então o sujeito com algum transtorno mental era isolado da sociedade e, por vezes, privado de liberdade.

É fundamental ressaltar que a Reforma Psiquiátrica foi e é um processo social e político, em que diversos atores, instituições, serviços de saúde, universidade, movimentos sociais, diferentes

**Modalidade do trabalho:** Relato de experiência

**Evento:** XV Jornada de Extensão

profissões, sujeitos com transtornos mentais e seus familiares, estão implicados neste processo. Caracteriza-se como um movimento de transformação de saberes, prática na atenção à saúde e, sobretudo, mudança nos valores culturais e sociais. O dito “louco” que por anos permaneceu isolado da sociedade agora teria o direito de ir e vir. Ressalta-se que neste momento houve muitas tensões e conflitos. O Ministério da Saúde interviu nesta construção, criando leis para assegurar os direitos destes sujeitos em questão. Começava o processo de desinstitucionalização do sujeito em sofrimento psíquico.

Hoje, o Sistema Único de Saúde mental no Brasil é uma rede de atenção tendo em vista os princípios do SUS, composta por Centros de Convivência, Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), leitos em hospitais Gerais e Ambulatórios de Saúde Mental, nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), visitas domiciliares, Associações de Usuários, Projetos de Geração de Renda, Programa de Volta para Casa. Destaca-se que as propostas são de cunho essencialmente público e têm como objetivo principal construção coletiva do plano terapêutico dos profissionais do serviço de atenção à saúde, juntamente com o usuário.

Os CAPS (I, II, III, i e ad) são dispositivos articuladores estratégicos em um determinado território na atenção à saúde mental, pois eles surgem com o intuito de substituir os hospitais psiquiátricos. Sua principal atividade é prestar atendimento clínico diariamente evitando a internação, bem como promove a inserção social dos usuários, além de regular a entrada na rede de saúde mental e dar suporte a atenção básica.

Compreendidos os objetivos dos Centros de Atenção Psicossocial, é fundamental neste momento contextualizar o CAPS no qual realizamos o estágio, qual seja: o CAPSad (álcool e outras drogas). Esse serviço é especializado no atendimento de sujeitos que fazem o uso de forma prejudicial de álcool e outras drogas ilícitas.

Historicamente a prevenção e o tratamento de transtornos causado pelo uso abusivo de álcool e outras drogas era realizada por instituições como a justiça, as escolas, as organizações religiosas e filantrópicas, ONG's e a segurança pública. Com o passar dos anos a questão da dependência química tornou-se um problema de saúde pública, havendo necessidade de trazer esta realidade social para o SUS, pois, até então as únicas alternativas eram a clínica médica fechada ou de caráter religioso que tinham como única perspectiva de tratamento a abstinência. Devido a essa realidade ter demonstrado um escasso trabalho em rede e uma falta de resolutividade da questão e também o aumento de casos de usuários de álcool e outras drogas, os construtores da saúde pública brasileira começaram a pensar em alternativas a fim de abordar este sujeito de forma integral, acolhendo o usuário em uma clínica ampliada e interdisciplinar.

**Modalidade do trabalho:** Relato de experiência

**Evento:** XV Jornada de Extensão

Inicialmente, quando se pensava em uma política pública voltada para esta população, culturalmente a ideia predominante é de que o uso de substância ilícita estava associado à criminalidade. Assim, estes sujeitos estavam relegados à desqualificação e acabavam tornando-se uma população à margem da sociedade, sendo que por vezes a abordagem terapêutica reforçava o processo de exclusão social.

As iniciativas governamentais começaram a ter efetividade em 2002 com a Conferência Nacional de Saúde Mental. O Ministério da Saúde implanta o “Programa Nacional de Atenção Comunitária Integrada aos Usuários de Álcool e outras Drogas”, colocando em evidência o uso abusivo do álcool e outras drogas como uma questão de saúde mental. Dessa forma, foram criadas estratégias para o acesso ao tratamento do usuário em uma proposta de redução de danos, visando à compreensão e a dinâmica do problema, tendo em vista os direitos destes sujeitos e garantindo a atenção integral, o acesso universal, gratuito, a equidade e o controle social em deferência à Lei 10.216/04 e da construção das Redes de Atenção Integral em Saúde Mental (BRASIL, 2004).

Esta especificidade de CAPS foi criada tendo em vista o agravamento da situação no Brasil e a nível mundial, sendo que a dependência química tem sido considerada uma epidemia que envolve todas as classes sociais, gêneros e faixas etárias. A magnitude e complexidade desta patologia faz com que cada vez mais os profissionais da área da saúde abordem o usuário de álcool e drogas psicotrópicas de uma forma inclusiva. Considera-se de fundamental importância que a omissão e o preconceito sejam transformados em trabalho de restituição da dignidade; corroborando os princípios da Constituição Federal Brasileira que ressalta a atenção à saúde como direito de todos e um dever do Estado.

**Conclusões:**

A experiência de Estágio Supervisionado em Psicologia em Processos Sociais, a partir da observação participante e das entrevistas realizadas junto aos usuários do CAPSad, nos possibilita pensarmos o espaço e os processos de trabalho do psicólogo nas políticas públicas. Coloca-nos a pensar e entender a função do profissional de psicologia no CAPSad, o qual tem a atenção psicossocial voltada ao uso prejudicial de substâncias psicoativas.

A Atenção Psicossocial, num contexto de Saúde Mental Coletiva, se propõe a uma perspectiva de trabalho que pretende substituir o paradigma psiquiátrico dominante. Opera como um espaço que outorga o reconhecimento e a valorização do sujeito da palavra, que fala a partir de sua própria experiência do viver. Pretendemos assim, articular a relevância da atuação do psicólogo no âmbito da Saúde Pública, especificamente, no CAPSad. Este pode se configurar enquanto espaço de criação e reconstrução simbólica de sujeitos e cidadãos, considerando a inclusão do método e ferramenta principal do trabalho em Psicologia, a saber, a escuta.

**Modalidade do trabalho:** Relato de experiência  
**Evento:** XV Jornada de Extensão

Palavras-chave: CAPS ad; saúde mental; psicologia; processos sociais.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental : 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio15\\_anos\\_Caracas.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio15_anos_Caracas.pdf)>. Acesso em: 27 de maio de 2014.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Secretaria de Atenção à Saúde. Legislação em Saúde Mental: 1990-2004. 5. ed. ampl. Brasília, 2004.

FERRERIA NETO, João Leite. Psicologia, políticas públicas e o SUS/ João Leite Ferreira Neto. – São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: Fapemig, 2011.

LOPES, Marco Antônio. Drogas: 5 mil anos de viagem. Revista Super Interessante, São Paulo, n. 223, fev.2006. Disponível em: <http://super.abril.com.br/ciencia/drogas-5-mil-anos-viagem-446230.shtml#>. Acesso em: 27 maio de 2014.